

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Ex. ma Sr.ª Presidente da Assembleia da República

O Nordeste Algarvio enfrenta, há algumas décadas, um processo acelerado de envelhecimento demográfico e despovoamento.

Só nos últimos 10 anos, o concelho de Alcoutim perdeu, de acordo com os resultados provisórios dos Censos 2011, quase 23% da sua população residente. Em 2001, este concelho tinha 3770 habitantes, passando para apenas 2917 no ano de 2011. O grupo etário com menos de 25 anos foi o que sofreu um maior decréscimo (-37%), enquanto os habitantes com 65 ou mais anos constituem o maior grupo etário (44% da população residente).

Também do ponto de vista económico, o concelho de Alcoutim tem sofrido um acentuado declínio, com o gradual abandono das atividades económicas tradicionais, sem que outras tenham surgido no seu lugar. A quase inexistência de ofertas de emprego, assim como a insuficiência de equipamentos sociais, tem também contribuído para que os habitantes mais jovens abandonem o concelho.

Vários fatores contribuem para que o concelho de Alcoutim enfrente grandes dificuldades em dinamizar as atividades económicas tradicionais e atrair novas atividades, assim como atrair e fixar novos habitantes. Entre estes, avulta o problema das acessibilidades rodoviárias, nomeadamente, o adiamento da construção da ponte internacional Alcoutim-Sanlúcar e do troço do IC27 que liga Alcoutim a Beja.

A conclusão destas infraestruturas tem sido reconhecida, desde há longos anos, como essencial para o desenvolvimento do Nordeste Algarvio e do Sudeste Alentejano, combatendo a crescente desertificação económica e demográfica que afeta profundamente estas regiões.

O processo para a construção da ponte internacional sobre o rio Guadiana, ligando Alcoutim a Sanlúcar, foi iniciado há cerca de 10 anos, com o lançamento de um concurso público, pelo Instituto das Estradas de Portugal, para a realização de um estudo prévio. Lamentavelmente, este estudo nunca chegou a ser aprovado pelos governos de Portugal e Espanha.

Apesar de uma verba para a construção da ponte já constar, em 2003, no quadro do programa comunitário Interreg III, este projeto não foi incluído na lista de projetos a financiar no âmbito do Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça Portugal/Espanha para o período 2007-2013.

Também as boas intenções expressas no Relatório do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, de 2007, que estabelecia como opção estratégica “*aprofundar a cooperação transfronteiriça para a valorização do Guadiana*” (Região do Algarve – Opções Estratégicas Territoriais), não tiveram tradução em medidas concretas que permitissem dar início à construção da ponte internacional Alcoutim-Sanlúcar.

A conclusão do Itinerário Complementar 27 (IC27) também tem sofrido consideráveis atrasos. Após a conclusão dos lanços Castro Marim – Odeleite (2002) e Odeleite – Alcoutim (2005), com uma extensão total de 33 km, o lanço Alcoutim – Albernoa (ligação ao IP2, perto de Beja), com 61 km de extensão, ainda não saiu do papel.

Em 2008, em resposta a uma pergunta do Grupo Parlamentar do PCP, o Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações informava que o Projeto de Execução do lanço IC27 – Alcoutim/Mértola já havia sido lançado e que, posteriormente, o calendário de início de trabalhos seria definido. Volvidos quase 4 anos, as obras ainda não começaram neste lanço.

A este propósito refira-se que já em 1999, o Governo, numa resposta a um requerimento do Grupo Parlamentar do PCP, reconhecia a importância do lanços Odeleite – Alcoutim (já concluído) e Alcoutim – Albernoa “*para o desenvolvimento do interior do Alentejo e desta zona do Algarve*”.

Pelo exposto e com base nos termos regimentais aplicáveis, vimos por este meio perguntar ao Governo, através do Ministério da Economia e do Emprego, o seguinte:

1. Reconhece o Governo a importância que a construção de uma ponte internacional sobre o rio Guadiana, ligando Alcoutim a Sanlúcar, bem como a conclusão do IC27, concretizando o lanço Alcoutim – Albernoa, teriam para o desenvolvimento do Nordeste Algarvio e Sudeste Alentejano e para inverter o processo de desertificação económica e demográfica que afeta profundamente estas regiões, além de contribuir significativamente para o aprofundamento e desenvolvimento da cooperação transfronteiriça entre o Algarve e o Alentejo, por um lado, e a região espanhola da Andaluzia, por outro?
2. Considera o Governo que a construção da ponte internacional Alcoutim-Sanlúcar e a conclusão do IC27 são projetos prioritários?
3. Foram efetuadas diligências pelo Governo junto das autoridades espanholas e andaluzes no sentido de dar início à construção da ponte Alcoutim-Sanlúcar? Em caso afirmativo, quais as diligências efetuadas e quando tiveram lugar?
4. Que diligências planeia o Governo realizar no futuro próximo junto das autoridades espanholas e andaluzes para que a ponte internacional Alcoutim-Sanlúcar se possa tornar uma realidade?
5. Quando tenciona o Governo iniciar as obras de construção do lanço Alcoutim – Albernoa do IC27? Para quando a conclusão dessas obras?

Palácio de São Bento, quinta-feira, 23 de Fevereiro de 2012

Deputado(a)s

PAULO SÁ(PCP)

JOÃO RAMOS(PCP)